



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.136/2025)

1 – PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, cujo objeto é o Registro de Preços, para futura e eventual: **AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS**, a fim de atender a demanda das secretarias deste município, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, **do tipo MENOR PREÇO POR ITEM** na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 110/2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidores integrantes do quadro da Prefeitura de Tangará da Serra, denominado(a) Agente de Contratação Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), designado pela Portaria nº 835/2025 de 03/06/2025, através da plataforma – LICITANET – www.licitanet.com.br.

2 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2. 1. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão pública de pregão eletrônico, através da plataforma – LICITANET – www.licitanet.com.br.

DIA: 13/10/2025

HORÁRIO: 09:00h (Horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a) Oficial: Dalila Cristian Fernandes da Paz, Franciane Oliveira P. Macedo, Marlon Diego Alves de Sousa, Márcia Dourado Ferreira.

2.2. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão **obrigatoriamente o horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.2.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema.

2.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.licitanet.com.br e https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_frl.

3 – DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para: **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob a forma: **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual: **AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS**, a fim de atender a demanda das secretarias deste município, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

3.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

4 – DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à plataforma – LICITANET.

4.1.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.1.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas através da plataforma – LICITANET, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.1.3 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à plataforma – LICITANET, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido através da plataforma –



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

LICITANET.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido através da **plataforma – LICITANET**; e

c) Especificações dos produtos objetos da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo.

d) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará através da **plataforma – LICITANET**, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela empresa sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional através da **plataforma – LICITANET**.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na **plataforma – LICITANET** e de mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração, para fins de habilitação deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45, da LC 123/2006.

Obs.: Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

4.6.1. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, estará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º, ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.1.3. A falsidade da declaração de que trata o item **4.6.** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6.1.4. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

4.7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Na presente licitação, será **VEDADA** a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

A AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS, constitui para aquisição de menor complexidade em comparação com empreendimentos de infraestrutura de grande porte. Empresas individuais demonstram capacidade adequada para aquisição, sem a necessidade de formação de consórcios. A restrição de consórcios se justifica pela mitigação de riscos potenciais, incluindo a possibilidade de atrasos e questões de qualidade dos produtos. Nesse contexto, é responsabilidade da Administração zelar pela promoção da concorrência e evitar a concentração excessiva de poder nas mãos de um reduzido número de empresas, promovendo assim um ambiente mais equitativo e propício ao desenvolvimento econômico sustentável.

4.8. Não poderão disputar esta licitação:

4.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 05%



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

(cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

4.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. O impedimento de que trata o **item 4.8.4**, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.8.2.** e **4.8.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.12. O disposto nos itens **4.8.2.** e **4.8.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.14. A vedação de que trata o item **4.8.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente no site eletrônico até as 18h00 no horário oficial de Brasília-DF.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, **através da plataforma – LICITANET – www.licitanet.com.br**.

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação Agente de Contratação/Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

5.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas **na plataforma – LICITANET – www.licitanet.com.br**, razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-lo frequentemente durante todo o certame.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

5.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES ATRAVÉS DA PLATAFORMA – LICITANET:

6.1.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.1.3. “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada através da **plataforma – LICITANET**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br.

6.1.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas através da **plataforma – LICITANET**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.1.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.1.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa através da **plataforma – LICITANET**.

6.1.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **plataforma – LICITANET** ou à Administração Municipal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.1.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2. DA PARTICIPAÇÃO:

6.2.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

6.2.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.2.3. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.2.5. As empresas participantes poderão comprovar que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte por meio de declaração de que atendem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, com exceção das empresas constantes no § 4º, do mesmo artigo, cabendo ao Agente de Contratação/Pregoeiro (a) a faculdade de consultar o sítio oficial da receita federal, na internet, para ratificar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte das empresas participantes.

7 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes deverão encaminhar a proposta inicial, como o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.2. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta anexada na plataforma – Licitanet, do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.9. As propostas lançadas na plataforma – Licitanet, ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.9.1. O licitante deverá efetuar o lançamento de sua proposta no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do Item;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

c) A proposta de preços que contenham qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.11. No preço proposto estarão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto: tributos, salários, seguros, impostos, taxas, contribuições, e outros benefícios e encargos exigidos por lei, os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.12. A proposta de preços terá **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

7.13. O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.14. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – **TERMO DE REFERENCIA** do presente edital.

7.15. Na proposta inicial a ser anexada na plataforma – Licitanet, o licitante deverá declarar que:

a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

b) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º, e no inciso III, do art. 5º, da Constituição Federal;

c) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.16. A falsidade da declaração de que trata o item **7.15.** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7.17. O (A) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a) desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

8 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

8.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), ocorrerá na data e hora indicada no preâmbulo deste Edital, no sítio www.licitanet.com.br

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.3.1. O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Agente de Contratação/Pregoeiro (a), no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

8.4. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5. No caso da desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação expressa aos participantes no **sítio www.licitanet.com.br**

9 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a abertura da sessão pública, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes e por qualquer interessado.

9.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Edital.

10 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignado no registro de cada lance.

10.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) e os licitantes.

10.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do OBJETO.

10.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.5. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.6. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

10.7. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

10.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.9. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo **R\$ 0,01 (um centavos)**.

10.11. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

10.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.16. No caso de desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), no decorrer da etapa competitiva de lances do Pregão, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.17. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, **sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente** decorridas 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação expressa do Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a) aos participantes.

10.18. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

10.19. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; ([Vide Decreto nº 11.430, de 2023](#)) Vigência
- IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.19.1. § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II – empresas brasileiras;
- III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.20. Após o encerramento da etapa de lances, apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, a Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço, ou ajustá-lo ao valor estimado para a contratação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.20.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.20.2 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Agente de Contratação/Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45, da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.21.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.22. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 05% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.23. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.24. Após a negociação do preço, a Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.25. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

11 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 05% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

11.2. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.3. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

11.4. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

11.6. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.7. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

11.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

11.9. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 não são aplicadas:

- a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

11.10. A obtenção de benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da LC n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

12 – DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) no sistema eletrônico.

12.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido às ME/EPPs, conforme o caso, o (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

12.3. O (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), poderá requisitar a participação da unidade demandante ou de unidade especializada, para fins de análise das propostas e orientar na decisão.

12.4. O (A) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

correlata e no item 4.8, do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;**
- b) **Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);**
- c) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>) e**
- d) **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.**

12.4.1. O impedimento de que trata o inciso III, do caput, do artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante, artigo 14, §1º da Lei n. 14.133/2021.

12.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

12.4.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.7. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

12.8. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.8.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

12.8.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **subitem anterior**, só será considerada após diligência do (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a), que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.8.2. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

12.8.2.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

12.8.2.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

12.8.2.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

12.8.2.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

12.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

12.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

12.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

12.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.12. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a).

12.13 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

12.14. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.15. O (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

12.15.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), destacam-se os que contenham as características dos serviços ofertados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.16. O prazo estabelecido pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a).

12.16.1. O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Agente de Contratação/Pregoeiro (a), no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

12.17. Havendo necessidade, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.18. O (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.19. Também nas hipóteses em que o (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.21. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45, da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.22. No julgamento das propostas, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

12.23. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a).

12.24. O (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema.

12.25. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.26. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, quando o termo de referência exigir.

12.27. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.28. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

12.29. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.30. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

13 - DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação digital. **através da plataforma - LICITANET - www.licitanet.com.br**.

13.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas.

13.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: a) complementação de informações acerca dos



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.13. A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (a).

13.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

13.14. A verificação no sistema ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 13.13.1.

13.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

14 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta de preços, ajustada ao lance classificado, deverá ser anexada após solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a), no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (a) no sistema eletrônico.

14.2. A critério do Agente de Contratação/Pregoeiro (a), a fim de agilizar a sessão pública, poderá, ainda, ser solicitado o envio da proposta para o e-mail.

14.3. A proposta deverá observar as seguintes exigências:

14.3.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.3.2. Fazer menção ao número deste edital, conter a razão social da licitante, seu CNPJ/MF, dados bancários e endereço completo;

14.3.3. A falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser saneada pelos dados constantes do sistema eletrônico.

14.3.4. Conter o total do objeto em Real, com duas casas decimais, incluídas todas as despesas relativas aos impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes;

14.3.5. conter declaração do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados de data de sua entrega;

14.3.6. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

14.3.6.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14.3.7. Declaração de que nos preços propostos e nos lances que forem ofertados deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação dos serviços objeto da presente licitação e seus anexos, todos os serviços, materiais, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, e quaisquer outros que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta.

14.3.8. Indicar o representante legal da empresa responsável pela assinatura do contrato.

14.3.9. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3.10. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (**art. 12º, da Lei nº 14.133/2021**).

14.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7. O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Agente de Contratação/Pregoeiro (a), para encaminhamento da proposta vencedora no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

15 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.3.15.3. A convocação se dará por meio de comunicações disponíveis ("chat, e-mail, whatsapp etc'...") de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16 – DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei n. 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º, do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **através da plataforma – LICITANET – www.licitanet.com.br**.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Adjudicado e homologado o resultado da licitação, pela Autoridade Superior Competente, terá o licitante mais bem classificado e declarado vencedor, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

17.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

18.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

18.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

18.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 212 e art. 214 do Decreto Municipal nº 110/23.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

18.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19 – TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo necessário a extração de contrato, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos da minuta (anexo IV), que acompanha o presente edital, a partir das disposições contidas na ata de registro de preços.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.5. O prazo de vigência do contrato e o prazo de execução do objeto são aqueles previstos no termo de referência e no documento de formalização da demanda.

20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Os termos da garantia da execução são aqueles dispostos no Termo de Referência.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. A possibilidade ou não de subcontratar o presente objeto deve obedecer ao que consta no Termo de Referência.

22 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO, ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. As condições de fiscalização, gestão do contrato, obrigações do contratante e do contrato, entrega do objeto e condições de pagamento são aquelas declinadas na minuta do contrato, na ata de registro de preços e no termo de referência que acompanham o presente edital.

23 – DO REAJUSTE OU DA REPACTUAÇÃO

23.1. As regras sobre o reajuste e/ou repactuação, constam no Termo de Referência e/ou Minuta do Contrato.

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a).

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10. O Edital e seus anexos está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e www.tangaradaserra.mt.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, Tangará da Serra-MT, nos dias úteis, no horário das 07h00 às 11h00 e das 12h00 às 17h00 (horário local), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25 – DOS ANEXOS INTEGRANTES

25.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I** – Termo de Referência;
- b) ANEXO II**– Minuta de Ata de Registro de Preços
- c) ANEXO III**– Minuta do Termo de Contrato;
- d) ANEXO IV** – Modelo de Proposta de Preço;

Município de Tangará da Serra – MT, aos primeiros dias do mês de outubro ano de dois mil e vinte e cinco.

MARCIA REGINA KISS S. DE CASTRO CARDOSO
SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANGELA XAVIER BELIZÁRIO
SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE

VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº Inicial 8.607/2025

Processo Administrativo de Abertura nº 9.136/2025/2025

ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT

	SECRETARIA DEMANDANTE
1	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3	SECRETARIA DE SAÚDE

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1 OBJETO.

1.1.2 O presente Termo de Referência tem como finalidade promover licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob a forma **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual, **AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIOS**, conforme especificações e disposições descritas a seguir:

Nº	CÓDIGO	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Un.	Valor Total
1	173.790	ALIMENTAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NORMOCALÓRICO E HIPERPROTEICO, DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PESSOAS COM MAIS DE 50 ANOS. CONTEM POR PORÇÃO (55 GR): 20G DE PROTEÍNA, 480 MG DE CÁLCIO E 11 MICROGRAMA DE VIT. D), SEM SABOR. NÃO CONTEM GLÚTEN. LATA 370G. (NUTREN SENIOR SEM SABOR)	UN	620	R\$ 90,16	R\$ 55.899,20
2	194.016	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ORAL OU ENTERAL, NORMOCALÓRICO, COM 15% DE PROTEÍNA DE ALTA QUALIDADE (52% DA PROTEÍNA DO SORO DO LEITE E 48% DE CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA. 35% DE LIPÍDIOS (62% DE ÓLEO DE GIRASSOL, 32% DE ÓLEO DE CANOLA E 6% DE LECITINA DE SOJA) E 50% DE CARBOIDRATO (82% MALTODEXTRINA E 18% DE SACAROSE). DILUIÇÃO INSTANTÂNEA ATÉ 2,0 KCAL/ML. ISENTA DE GLÚTEN E LACTOSE. INDICADO PARA MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. LATA 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: NUTREN 1.0 (NESTLÉ).	UN	536	R\$ 72,58	R\$ 38.902,88
3	173.789	COMPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ COM 25 VITAMINAS E SAIS MINERAIS. POSSUI FIBRAS (1,7 GR POR PORÇÃO NOS SABORES BAUNILHA, MORANGO E BANANA E 2,5 GR DE FIBRA POR PORÇÃO NO SABOR CHOCOLATE-INULINA (30%) E FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS -FOS (70%), PROTEÍNAS E NUTRIENTES ESSENCIAIS, POSSUI BAIXO TEOR DE	UN	480	R\$ 49,58	R\$ 23.798,40



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		LIPÍDIOS. INDICADO PARA PESSOAS QUE PRECISAM DE UMA COMPLEMENTAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO DIÁRIA EM RELAÇÃO A VITAMINAS E MINERAIS, PROTEÍNAS E FIBRAS. AUXILIA NA PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CARÊNCIAS NUTRICIONAIS. CONTRIBUI PARA UM MELHOR SISTEMA IMUNOLÓGICO. APRESENTAÇÃO: PÓ LATA 400G. SABORES BAUNILHA / BANANA / MORANGO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO (REF: NUTREN ACTIVE).				
4	180.935	COMPLEMENTO OU SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ PARA USO PEDIÁTRICO, QUE FORNEÇA NO MÍNIMO 26 VITAMINAS E MINERAIS, RICO EM CÁLCIO, FERRO, ZINCO.COM PRESENÇA DE MALTODEXTRINA. ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM DE ACORDO COM O FABRICANTE COM NO MÍNIMO 350G.REFERENCIA: SUSTAIN JUNIOR E NUTREN KIDS OU SUPERIOR.	UN	155	R\$ 43,40	R\$ 6.727,00
5	184.783	COMPOSTO LÁCTEO DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA CRIANÇAS DE 3 A 5 ANOS. FÓRMULA EXCLUSIVA, RICA EM FIBRAS, VITAMINAS E MINERAIS. CONTRIBUI PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO INTESTINO. COMPOSTO LÁCTEO TAMBÉM NÃO POSSUI ADIÇÃO DE AÇÚCARES (SACAROSE E FRUTOSE) OU AROMATIZANTES. EMBALAGEM DE 800G MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: COMPOSTO LÁCTEO NINHO FASES 3+.	UN	40	R\$ 61,06	R\$ 2.442,40
6	184.785	COMPOSTO LÁCTEO ZERO LACTOSE PARA CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR COM RESTRIÇÃO À LACTOSE. CONTÉM 21 VITAMINAS E MINERAIS ESSENCIAIS. FONTE DE CÁLCIO, ZINCO E FERRO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. INDICADO ESPECIALMENTE PARA AS CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR QUE POSSUEM RESTRIÇÃO À LACTOSE. EMBALAGEM DE 700G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REF: NINHO FASES ZERO LACTOSE.	UN	100	R\$ 51,39	R\$ 5.139,00
7	193.362	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA (À BASE DE PEPTÍDEOS) OLIGOMÉRICA, DE ALTA ABSORÇÃO, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTÉICA, COM PROTEÍNA HIDROLISADA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO (100% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE), PRESENÇA DE TCM (60%), ISENTA DE LACTOSE, GLUTEN E COLESTEROL. INDICADA PARA MELHORA DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DE 01 A 10 ANOS COM FUNÇÃO GASTROINTESTINAL GRAVEMENTE COMPROMETIDA, DIARRÉIA, MÁ ABSORÇÃO E DESNUTRIÇÃO. LATA 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO (REF: PEPTAMEN JUNIOR).	UN	10	R\$ 218,02	R\$ 2.180,20
8	187.397	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA ADMINISTRAÇÃO ENTERAL EM PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO. HIPERCALÓRICA E HIPERPROTEICA. ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. COM DENSIDADE CALÓRICA 1,3 A 1,5KCAL/ ML E DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA DE 20% A 25% DE PROTEÍNA, 33% A 45% DE CARBOIDRATO, 30% A 50% DE LIPÍDEOS. CONTENDO 100% DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO. HIPOSSÓDICA. APRESENTAÇÃO EM FORMA LÍQUIDA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 LITRO (TETRA SQUARE). REFERÊNCIA: DIAMAX	UN	100	R\$ 61,88	R\$ 6.188,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		IG (PRODIET), NOVASOURCE GC (NESTLÉ).				
9	183.020	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS, INDICADOS PARA PACIENTES DISFÁGICOS, MODIFICA INSTANTANEAMENTE A TEXTURA E A CONSISTÊNCIA DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS , SEM ALTERAR COR E SABOR E ODOR DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS SEM GLUTEN. APRESENTAÇÃO EM LATA E DISPLAY COM 24 SACHES DE 1,2 GRAMAS CADA. REFERENCIA: THICKENUP CLEAR	UN	5	R\$ 76,05	R\$ 380,25
10	166.560	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, EM PÓ, PARA CRIANÇAS ABAIXO DE 01 ANO DE IDADE QUE APRESENTEM ALERGIAS ALIMENTAR E OU DISTÚRBIOS DA DIGESTÃO E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA LACTOSE, GALACTOSE, FRUTOSE E SACAROSE. INDICADA PARA BEBÊS QUE APRESENTE ALERGIA ALIMENTAR (AO LEITE DE VACA, À SOJA, A HIDROLISADOS E A MÚLTIPLAS PROTEÍNAS), SÍNDROME DO INTESTINO CURTO, E OUTROS DISTÚRBIOS DESABSORTIVOS MODERADOS A GRAVES, GASTROENTEROPATIA E ESOFAGITE EOSINÓFILA, NUTRIÇÃO ENTERAL PRECOCE/MÍNIMA EM TERAPIA PEDIÁTRICA, TRANSIÇÃO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL PARA ENTERAL. APRESENTAÇÃO: LATA 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO (REF: NEOCATE LCP).	UN	23	R\$ 272,40	R\$ 6.265,20
11	193.163	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, EM PÓ, PARA CRIANÇAS ACIMA DE 01 ANO DE IDADE QUE APRESENTEM ALERGIAS ALIMENTARESOU DISTÚRBIOS DA DIGESTÃO E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA LACTOSE, GALACTOSE, FRUTOSE E SACAROSE INDICADA PARA BEBÊS QUE APRESENTE ALERGIA ALIMENTAR (AO LEITE DE VACA, À SOJA, A HIDROLISADOS E AMÚLTIPLAS PROTEÍNAS), SÍNDROME DO INTESTINO CURTO, E OUTROS DISTÚRBIOS DESABSORTIVOS MODERADOS A GRAVES, GASTROENTEROPATIA E ESOFAGITE EOSINÓFILA, NUTRIÇÃO ENTERAL PRECOCE/MÍNIMA EM TERAPIA PEDIÁTRICA, TRANSIÇÃO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL PARA ENTERAL. APRESENTAÇÃO: LATA 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO (REF: NEOCATE ADVANCE).	UN	17	R\$ 259,99	R\$ 4.419,83
12	184.786	FÓRMULA INFANTIL A BASE DE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ OS 6 MESES DE IDADE, QUE ATENDA AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS, INDICADA NOS CASOS DE ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, INTOLERÂNCIA A LACTOSE OU SITUAÇÕES NAS QUAIS FOR INDICADO RETIRAR O LEITE DE VACA E SEUS DERIVADOS DA DIETA. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL: FONTE PROTEICA A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA ENRIQUECIDA DE L-METIONINA; FONTE DE CARBOIDRATOS EM 100% DE MALTODEXTRINA; FONTE DE LÍPIDIOS EM 100% DE GORDURA VEGETAL. ISENTA DE SACAROSE. GLUTEN, LEITE E DERIVADOS. O PRODUTO, NA DATA	UN	54	R\$ 121,54	R\$ 6.563,16



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		DE ENTREGA, NÃO PODERÁ APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO MAIOR QUE 60 DIAS. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 800 GRAMAS. REFERENCIA: NAN SOJA				
13	187.377	FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNAS LACTEAS, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO, ISENTA DE SACAROSE, INDICADO PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO A PARTIR DO 6 MÊS DE VIDA, COM PREDOMINANCIA DE PROTEÍNAS DO SORO DE LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA. ATENDE TOAS AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARES E FAO/OMSE DA PORTARIA M.S. N. 977/1998. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DO PRODUTO DEVERÁ SER ISENTA DE CÓDIGO DE BARRAS E CONTER IMPRESSA EM SEU RÓTULO A FRASE "VENDA PROIBIDA" DE FORMA INDELEVEL. LATA COM 800 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 01 ANO. REFERENCIA: NESTOGENO 2	UN	194	R\$ 66,09	R\$ 12.821,46
14	183.022	FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNAS LACTEAS, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO, ISENTA DE SACAROSE, INDICADO PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO A PARTIR DO 6 MÊS DE VIDA, COM PREDOMINANCIA DE PROTEÍNAS DO SORO DE LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA. ATENDE TOAS AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARES E FAO/OMSE DA PORTARIA M.S. N. 977/1998. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DO PRODUTO DEVERÁ SER ISENTA DE CÓDIGO DE BARRAS E CONTER IMPRESSA EM SEU RÓTULO A FRASE "VENDA PROIBIDA" DE FORMA INDELEVEL. LATA COM 400 GRAMAS, PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 01 ANO. REFERENCIA: NESTOGENO 2	UN	338	R\$ 36,69	R\$ 12.401,22
15	193.361	FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNAS LACTEAS, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO, ISENTA DE SACAROSE, INDICADO PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6 MÊS DE VIDA, COM PREDOMINANCIA DE PROTEÍNAS DO SORO DE LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA. ATENDE TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS E DA PORTARIA M.S N. 977/1998. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DO PRODUTO DEVERÁ SER ISENTA DE CÓDIGO DE BARRAS E CONTER IMPRESSA EM SEU RÓTULO A FRASE "VENDA PROIBIDA" DE FORMA INDELEVEL. LATA DE 400 GRAMAS, PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 01 ANO. REFERENCIA: NESTOGENO 1	UN	178	R\$ 38,55	R\$ 6.861,90
16	184.788	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES A PARTIR DO 6 MÊS DE VIDA, PARA CONTRIBUIR NO TRATAMENTO DE CONSTIPAÇÃO, ADICIONADA DE ATÉ 8 GRAMAS/L. DE PREBIÓTICOS (9:1 GOS/FOS, NUCLEOTÍDEOS, DHA E ARA COM PREDOMINANCIA DAS PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, TENDO COMO FONTE DE CARBOIDRATOS 100% LACTOSE, COM ADIÇÃO DE VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. LATA DE 800 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE DE 01 ANO. REFERENCIA: NAN COMFOR 2.	UN	254	R\$ 70,58	R\$ 17.927,32
17	193.665	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA, PARA CONTRIBUIR NO TRATAMENTO DA CONSTIPAÇÃO. ADICIONADA DE ATÉ 8G/L DE PREBIÓTICOS (9:1 GOS/FOS), NUCLEOTÍDEOS, DHA E ARA COM PREDOMINÂNCIA DAS PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO À	UN	184	R\$ 82,11	R\$ 15.108,24



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		CASEÍNA, TENDO COMO FONTE DE CARBOIDRATOS 100% LACTOSE, COM ADIÇÃO VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. LATA DE 800 G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. (REF: APTAMIL PREMIUM 2 OU SIMILAR				
18	193.661	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES ATÉ O 6º MÊS DE VIDA COM PREDOMINÂNCIA DAS PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, NUCLEOTÍDEOS, DHA E ARA TENDO COMO FONTE DE CARBOIDRATOS 100% LACTOSE, COM ADIÇÃO VITAMINAS, MINERAIS, ÓLEO DE PEIXE. LATA COM APROXIMADAMENTE 800G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REF: NAN COMFOR 1	UN	168	R\$ 81,66	R\$ 13.718,88
19	193.664	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES ATÉ O 6º MÊS DE VIDA PARA CONTRIBUIR NO TRATAMENTO DA CONSTIPAÇÃO. ADICIONADA DE ATÉ 8G/L DE PREBIÓTICOS (9:1 GOS/FOS), NUCLEOTÍDEOS, DHA E ARA COM PREDOMINÂNCIA DAS PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO À CASEÍNA, TENDO COMO FONTE DE CARBOIDRATOS 100% LACTOSE, COM ADIÇÃO VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. LATA DE 400 G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. (REF: APTAMIL PREMIUM 1 OU SIMILAR.	UN	108	R\$ 58,00	R\$ 6.264,00
20	184.790	FÓRMULA INFANTIL CONTENDO CASEÍNA E PROTEÍNAS DO SORO DE LEITE, PRESENÇA DE AMIDO PRÉ-GELATINIZADO, ENRIQUECIDA COM COM FERRO E VITAMINAS QUE APRESENTE EM SUA COMPOSIÇÃO LACTOSE E AMIDO COMO FONTE DE CARBOIDRATO. LATA DE APROXIMADAMENTE 800 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REFERENCIA: NAN ESPESSAR.	UN	42	R\$ 77,36	R\$ 3.249,12
21	184.787	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA BEBÊS DE 0 A 3 ANOS. IDEAL PARA LACTENTES COM REFLUXO E/OU REGURGITAÇÃO. DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS ESPESSADA COM GOMA JATAÍ. FONTE DE DHA E ARA. NÃO CONTÉM GLÚTEN NEM SACAROSE. EMBALAGEM DE 800G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: APTAMIL AR PROEXPERT	UN	52	R\$ 131,08	R\$ 6.816,16
22	194.774	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DE 0 A 36 MESES COM PROTEÍNA LÁCTEA EXTENSAMENTE HIDROLISADA. PROTEÍNA HIDROLISADA DO SORO DE LEITE, MALTODEXTRINA, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA, CANOLA, COCO, GIRASSOL), GALACTOOLIGOSSACARÍDEOS (GOS), FRUTO-OLIGOSSACARÍDEOS (FOS), FOSFATO TRICÁLCICO, CLORETO DE POTÁSSIO, ÓLEO DE PEIXE, CLORETO DE MAGNÉSIO, CITRATO TRISSÓDICO, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA, CARBONATO DE CÁLCIO, VITAMINA C, CLORETO DE COLINA, TAURINA, SULFATO FERROSO, INOSITOL, SULFATO DE ZINCO, NUCLEOTÍDEOS (URIDINA, CITIDINA, ADENOSINA, INOSINA, GUANOSINA), VITAMINA E, L-CARNITINA, NIACINA, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, D-BIOTINA, SULFATO DE COBRE, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINAS A, B12, B1, B2, D, B6, SULFATO DE MANGANÊS, IODETO DE POTÁSSIO, VITAMINA K, SELENITO DE SÓDIO, EMULSIFI CANTES ÉSTERES DE ÁCIDO CÍTRICO E MONO E DIGLICERÍDEOS. NÃO CONTEM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 800 GRAMAS. A EMBALAGEM	UN	42	R\$ 279,00	R\$ 11.718,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO MARCA DE REFERÊNCIA: APTAMIL PROEXPERT PEPTI.				
23	193.666	FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE, CARBOIDRATO 100% MALTODEXTRINA, E COM PREDOMINÂNCIA DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA COMO FONTE PROTÉICA, COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, ACRESCIDA DE VITAMINAS, MINERAIS E OUTROS OLIGOELEMENTOS. LATA COM APROXIMADAMENTE 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REF: NAM S.L (NAN SEM LACTOSE)	UN	78	R\$ 75,12	R\$ 5.859,36
24	193.662	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES, À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA COM FERRO PARA LACTENTES, ENRIQUECIDA COM L-METIONINA, COMO FONTE DE CARBOIDRATOS 100% MALTODEXTRINA, DHA E ARA, ACRESCIDA DE VITAMINAS, MINERAIS E OUTROS OLIGOELEMENTOS. LATA COM APROXIMADAMENTE 800G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO REF: APTAMIL SOJA.	UN	64	R\$ 106,99	R\$ 6.847,36
25	187.379	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE IDADE. COM DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 800 GRAMAS MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 01 ANO. REF: NAN H.A.	UN	26	R\$ 117,19	R\$ 3.046,94
26	184.789	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. PROTEÍNA PARCIALMENTE HIDROLISADA DO SORO DE LEITE. CONTENDO DHA E ARA, NUCLEOTÍDEOS, PREBIÓTICOS E/OU 2'FL E LNNT. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E PEIXE. CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM DE 400G. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 01 ANO. REF: FÓRMULA INFANTIL SUPREME 1 COM HMOS	UN	82	R\$ 102,45	R\$ 8.400,90
27	184.791	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. PROTEÍNA PARCIALMENTE HIDROLISADA DO SORO DE LEITE. CONTENDO DHA E ARA, NUCLEOTÍDEOS, PREBIÓTICOS E/OU 2'FL E LNNT. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E PEIXE. CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 01 ANO. EMBALAGEM DE 800G. REF: FÓRMULA INFANTIL SUPREME 2 COM HMOS	UN	94	R\$ 132,54	R\$ 12.458,76
28	193.418	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, DESTINADA ÀS NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E A BASE DE AMINOÁCIDOS. INDICADA ESPECIALMENTE PARA OS CASOS DE ALERGIAS ALIMENTARES MAIS SEVERAS. LATA DE 400 GRAMAS. REFERENCIA: ALFAMINO	UN	32	R\$ 277,73	R\$ 8.887,36
29	184.792	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, SEM ADIÇÃO DE LACTOSE. CONTÉM LCPUFAS (DHA E ARA) E NUCLEOTÍDEOS. ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES COM RESTRIÇÃO DE	UN	62	R\$ 172,39	R\$ 10.688,18



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		LACTOSE, INDICADA PARA DIARREIA E/OU INTOLERÂNCIA À LACTOSE, DESDE O NASCIMENTO ATÉ OS 36 MESES DE VIDA. LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, DE 0 A 36 MESES DE VIDA. EMBALAGEM DE 800G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REF: APTAMIL PROEXPERT SEM LACTOSE				
30	183.014	FÓRMULA INFANTIL PARA PREMATUROS E/OU RECÉM -NASCIDOS DE BAIXO PESO, COM PREDOMINANCIA DO SORO DE LEITE EM RELAÇÃO A CASEÍNA, ENRIQUECIDA COM FERRO, VITAMINAS, TCM E LC PUFAS. AUSÊNCIA DE PREBIÓTICOS, LATA COM 400 GRAMAS, PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 01 ANO. REFERENCIA: PRÉ NAN	UN	50	R\$ 214,13	R\$ 10.706,50
31	193.419	FÓRMULA INFANTIL, SEMI-ELEMENTAR, HIPOALERGÊNICA, ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE, À BASE DE PROTEÍNA DE ARROZ EXTENSAMENTE HIDROLISADA, PODENDO CONTER TAMBÉM AMINOÁCIDOS LIVRES. EM PÓ, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS: REFERENCIA: PREGOMIN PEPTI	UN	17	R\$ 247,10	R\$ 4.200,70
32	183.023	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, HIPERCALÓRICA E SEM FIBRAS, E INDICADA NA MANUTENÇÃO OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES COM MAIORES NECESSIDADES CALÓRICAS E/OU COM RESTRIÇÃO DE VOLUME E DE FIBRAS. ISENTA DE LACTOSE, SEM GLUTEN E SEM ADIÇÃO DE SACAROSE APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE 1 LITRO (TETRA SQUARE). REFERENCIA: ISOSOURCE 1.5 SEM FIBRAS	UN	4000	R\$ 41,74	R\$ 166.960,00
33	183.015	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA E NORMOLIPIDICA, INDICADA NA MANUTENÇÃO OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES QUE NECESSITEM DA ADIÇÃO DE UM MIX DE FIBRAS. COM 100% DE CASEINATO DE CÁLCIO E SÓDIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, FIBRAS, VITAMINAS E MINERAIS, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, ZERO LACTOSE E ZERO GLUTEN. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE 1 LITRO (TETRA SQUARE). REFERENCIA: ISOSOURCE MIX	UN	2000	R\$ 36,75	R\$ 73.500,00
34	183.021	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ENTERAL, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN. HIPERCALÓRICA, SEM FIBRAS, FONTE DE CARBOIDRATO 100% MALTODEXTRINA, FONTE DE PROTEÍNA 49% DE CASEINATO DE CÁLCIO, 27% DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E 24% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. FONTE DE LIPÍDIO 67% DE ÓLEO DE CANOLA, 21% DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, 12% DE ÓLEO DE MILHO. DENSIDADE ENERGÉTICA DE 1,5/ML. SABOR BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 1 LITRO (SISTEMA FECHADO). REFERENCIA: TROPHIC EP	UN	4000	R\$ 42,20	R\$ 168.800,00
35	190.088	FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA E HIPERLIPIDICA, COM TEORES MODIFICADOS DE CARBOIDRATO E COLINA. ALTO TEOR DE CLORETO, ZINCO, MOLIBDÊNIO E VITAMINAS A, D, E, C E B6, SEM GLÚTEN E LACTOSE. FONTES DE PROTEÍNAS:	UN	2000	R\$ 396,19	R\$ 792.380,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		100% DE CASEINATO DE POTÁSSIO, OBTIDO DO LEITE DE VACA, FONTE DE CARBOIDRATOS: 71% DE XAROPE DE GLICOSE E 29% DE SACAROSE, FONTE DE LÍPIDIOS: 58% DE GORDURA LACTEA, 27% DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA (TCM) E 15% DE ÓLEO DE MILHO, RELAÇÃO DE CALORIA NÃO-PROTEICA/GN: 150:1, OSMOLARIDADE: 290 MOSM/L DE ÁGUA, OSMOLALIDADE: 340 MOSM/KG DE ÁGUA. APRESENTAÇÃO: LATA 400G, SABOR: SEM SABOR. NÃO CONTEM GLUTEN. MARCA DE REFERÊNCIA: MODULEN.				
36	190.090	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO , RICO EM FERRO E VITAMINAS C, A E D, EMBALAGEM (LATA) DE 1,2KG. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA E DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS, COM VITAMINAS, MINERAIS E PATRIÓTICOS. EMBALAGEM DE 1,2KG. MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 01 ANO. REF: NINHO FASES 1+	UN	420	R\$ 101,51	R\$ 42.634,20
37	184.793	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO , RICO EM FERRO E VITAMINAS C, A E D, EMBALAGEM (LATA) DE 800G. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA E DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS, COM VITAMINAS, MINERAIS E PATRIÓTICOS. EMBALAGEM DE 800G MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 01 ANO. REF: NINHO FASES 1+.	UN	760	R\$ 62,66	R\$ 47.621,60
38	193.663	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, FORTIFICADO COM FERRO, ZINCO E VITAMINAS A, C E D. EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 380G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. (REF: NINHO).	UN	320	R\$ 27,03	R\$ 8.649,60
39	193.062	LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE , FORTIFICADO COM ENZIMA LACTASE, MINERAIS, (PIROFOSFATO FÉRRICO E SUKFATO DE ZINCO), VITAMINAS (L-ASCORBATO DE SÓDIO, ACETATO DE RETINILA, COLECALCIFEROL,) EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E REGULADOR DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO, EMBALAGEM DE 380 GRAMAS. REFERENCIA: NINHO SEM LACTOSE	UN	270	R\$ 31,65	R\$ 8.545,50
40	193.911	MÓDULO DE L-GLUTAMINA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. EMBALAGEM 400GR. REFERÊNCIA: GLUTAMAX (VITAFOR)	UN	40	R\$ 150,68	R\$ 6.027,20
41	193.887	MÓDULO DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO COM 100% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE COM ALTO TEOR DE AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS. PODE SER ADICIONADO A ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS OU DILUÍDO EM ÁGUA OU DIETA ENTERAL PARA SER ADMINISTRADO À PACIENTES COM Sonda. DILUIÇÃO INSTANTÂNEA, SEM A NECESSIDADE DO USO DO LIQUIDIFICADOR. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN E SABOR NEUTRO. ACONDICIONADO EM POTE DE 400G OU 250G. REFERÊNCIA: ISOWHEY DCN (DYNALIFE), WHEY PROTEIN ISOLATE (VITAFOR).	UN	120	R\$ 169,80	R\$ 20.376,00
42		MÓDULO DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA	UN	20	R\$ 104,06	R\$ 2.081,20



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

	193.910	(TCM) ENRIQUECIDO COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (AGE) DESTINADOS A NUTRIÇÃO ENTERAL E/OU ORAL. É COMPOSTO POR ÓLEO DE COCO FRACIONADO (70% COMPOSIÇÃO) E ÓLEO DE MILHO (30% COMPOSIÇÃO). EMBALAGEM 250ML. REFERÊNCIA: MCT AGE (VITAFOR).				
43	193.912	MÓDULO EM PÓ DE CARBOIDRATOS COMPLEXOS, A BASE DE MALTODEXTRINA. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. REFERÊNCIA: CARBOFOR (VITAFOR), CARBOCH (PRODIET).	UN	30	R\$ 27,32	R\$ 819,60
44	194.775	NESTOGENO ESPESSAR PARA O MANEJO DA REGURGITAÇÃO, COM DUPLO ESPESSANTE, DESTINADA PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. SORO DE LEITE DESMINERALIZADO*, LEITE DESNATADO*, AMIDO, OLEÍNA DE PALMA, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEOS, ÓLEO DE PALMISTE, ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO, SORO DE LEITE EM PÓ*, ÓLEO DE MILHO, CITRATO DE CÁLCIO, FRUTO-OLIGOSSACARÍDEOS, CLORETO DE MAGNÉSIO, L-ASCORBATO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO, FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO, CLORETO DE POTÁSSIO, TAURINA, SULFATO FERROSO, MIO-INOSITOL, SULFATO DE ZINCO, ACETATO DE DL-ALFA-TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, SULFATO DE COBRE, CITRATO DE POTÁSSIO, L-CARNITINA, TIAMINA MONONITRATO, ACETATO DE RETINILA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, SULFATO DE MANGANÊS, RIBOFLAVINA, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO N-PTEROIL-L-GLUTÂMICO, FITOMENADIONA, SELENATO DE SÓDIO, D-BIOTINA, CALECALCIFEROL, CIANOCOBALAMINA, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E REGULADORES DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO E ÁCIDO CÍTRICO. CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVADOS DE SOJA, CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 800 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO MARCA DE REFERÊNCIA: NESTOGENO ESPESSAR.	UN	42	R\$ 91,70	R\$ 3.851,40
45	193.366	NUTRIÇÃO EM PÓ À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS, ENRIQUECIDA COM MIX DE FIBRAS SOLÚVEIS (65%) E INSOLÚVEIS (35%). HIPOSSÓDICA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 800G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: TROPIC FIBER.	UN	100	R\$ 89,37	R\$ 8.937,00
46	193.667	NUTRIÇÃO INFANTIL COMPLETA E BALANCEADA, INDICADA PARA CRIANÇAS ENTRE 4 E 10 ANOS DE IDADE. PODE SER UTILIZADO COMO ALIMENTO COMPLETO OU PARA COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR DE CRIANÇAS COM INAPETÊNCIA E/OU DISTÚRBO ALIMENTAR. DILUÍDO EM ÁGUA. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. SABOR BAUNILHA, MORANGO E CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REF: PEDIASURE.	UN	40	R\$ 72,62	R\$ 2.904,80
47	180.934	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA COM SOJA. RICO EM VITAMINAS C E D. FONTE DE VITAMINAS A, B2, B12, B5, E, K, CÁLCIO, FERRO E ZINCO. CONTÉM SORO DE	UN	36	R\$ 108,61	R\$ 3.909,96



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		LEITE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA 134 KCAL/PORÇÃO. POSSUI 3,4G DE PROTEÍNAS, 16G DE CARBOIDRATOS, 6,2G LIPÍDEOS POR PORÇÃO. EMBALAGEM LATA DE 800 GR. REFERÊNCIA: MILNUTRI SOJA OU SUPERIOR.				
48	194.025	SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA USO ENTERAL OU ORAL, INDICADO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS, FORMULADO PARA PACIENTES COM FUNÇÃO RENAL COMPROMETIDA EM DIÁLISE, ESPECIALMENTE PARA PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL. POLIMÉRICO, HIPERCALÓRICO (DENSIDADE CALÓRICA DE 1.5 A 2.0 KCAL/ML), HIPERPROTEICO (15% OU MAIS DE PROTEÍNAS). DEVE SER ISENTO DE GLÚTEN, LACTOSE, SACAROSE E RESTRITO EM SÓDIO, POTÁSSIO, FÓSFORO E MAGNÉSIO. SABOR BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: LÍQUIDA PRONTA PARA O CONSUMO. EMBALAGEM: 200ML. REFERÊNCIA: HDMAX (PRODIET).	UN	200	R\$ 14,52	R\$ 2.904,00
49	193.889	SUPLEMENTO ALIMENTAR PRONTO PARA CONSUMO. HIPERCALÓRICO (1,5 KCAL/ML), E NORMOPROTEICO COM CASEINATO E PROTEÍNA DO SORO DE LEITE, MALTODEXTRINA E SACAROSE, ÓLEO DE CANOLA (75%) E ÓLEO DE GIRASSOL COM ALTO TEOR OLEICO. APRESENTAÇÃO TETRAPACK 200ML NOS SABORES CHOCOLATE, MORANGO E BAUNILHA. REFERÊNCIA: ENERGYZIP (PRODIET).	UN	300	R\$ 45,04	R\$ 13.512,00
50	194.027	SUPLEMENTO NUTRICIONAL - NORMOCALÓRICO E HIPERPROTEICO, ESPECÍFICO PARA PACIENTES DIABÉTICOS. TENDO EM SUA FORMULAÇÃO CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO E ISENTO DE SACAROSE. DENSIDADE CALÓRICA DE 1.5KCAL/ML. EMBALAGEM TETRAPACK DE 200ML SABOR BAUNILHA/CHOCOLATE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: GLUCERNA (ABBOT), DIAMAX (PRODIET).	UN	40	R\$ 46,73	R\$ 1.869,20
51	194.026	SUPLEMENTO NUTRICIONAL ESPECÍFICO PARA LESÕES POR PRESSÃO, PARA USO ORAL OU ENTERAL. NORMOCALÓRICO E HIPERPROTEICO, FORMULADO COM ARGININA E MICRONUTRIENTES COMO: ZINCO, SELÊNIO, VITAMINA C, A E E (IMPORTANTES PARA A CICATRIZAÇÃO). SABORES: CHOCOLATE, BAUNILHA E MORANGO. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200 ML. REFERÊNCIA: CUBITAN (DANONE).	UN	50	R\$ 48,63	R\$ 2.431,50
52	194.028	SUPLEMENTO NUTRICIONAL NORMOCALÓRICO E HIPERPROTEICO PARA USO ORAL OU ENTERAL, DESTINADO A AUXILIAR NA CICATRIZAÇÃO E MELHORA DO SISTEMA IMUNOLÓGICO. FORMULADO COM ARGININA, ÁCIDOS GRAXOS E NUCLEOTÍDEOS. ALTO TEOR DE MICRONUTRIENTES (IMPORTANTES PARA A CICATRIZAÇÃO). SABORES: PÊSSEGO E TORTA DE LIMÃO. EMBALAGEM TETRA SLIM DE 200 ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: IMPACT (NESTLÉ).	UN	50	R\$ 43,96	R\$ 2.198,00
53	193.925	SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL (NUTRIÇÃO COMPLETA E BALANCEADA) INDICADO PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE EM TODAS AS FASES DA VIDA. ADICIONADO DE FOS (MELHORA A FUNÇÃO INTESTINAL E O SISTEMA IMUNE). SABOR BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: EM PÓ - EMBALAGEM	UN	175	R\$ 107,26	R\$ 18.770,50



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

		COM 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: ENSURE (ABBOT).				
54	183.024	SUPLEMENTO PROTEICO A BASE DE PROTEINA VEGETAIS. COMPOSTO POR MIX DE PROTEINAS VEGETAIS (PROTEINA ISOLADA DE ARROZ INTEGRAL ORGÂNICO E PROTEINA CONCENTRADA DE ERVILHA ORGÂNICA, POLIDEXTROSE, ÁGUA, ÓLEO DE COCO, NIBS DE CACAU ORGÂNICO, CACAU EM PÓ, CHIA EM PÓ, CAFÉ VERDE E CAFÉ TORRADO EM PÓ, VITAMINA B12, XILITOL E STÉVIA, AROMA IDÊNTICO AO NATURAL, LECITINA DE GIRASSOL (EMULSIFICANTE), ÁCIDO ASCORBICO E ALFATOCOFEROL (ANTIOXIDANTES NATURAIS), SEM GLUTEN, SEM LACTOSE E SEM SOJA NA COMPOSIÇÃO. SABORES: BAUNILHA, CACAU OU CAPUCCINO. VALIDADE MINIMA DE 06 MESES. REFERENCIA: VEGANPRO 550G - SACHÊS 24G-PROTEINA VEGETAL	UN	5	R\$ 263,80	R\$ 1.319,00
55	194.776	SUPRASOY SEM LACTOSE ORIGINAL: MISTURA À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA (PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEO DE PALMA, XAROPE DE MILHO, AÇÚCAR, FOSFATO DE CÁLCIO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, SAL, FOSFATO DE MAGNÉSIO, ÁCIDO ASCÓRBICO, ÓXIDO DE ZINCO, PIROFOSFATO FÉRRICO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, RIBOFLAVINA, VITAMINA A, NIACINAMIDA, VITAMINA B6, MONONITRATO DE TIAMINA, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA D, VITAMINA B12, EMULSIFICANTES LECITINA E MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, AROMATIZANTE E CORANTE NATURAL BETACAROTENO), AÇÚCAR, MALTODEXTRINA E AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 300G MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 01 ANO. REFERÊNCIA: SUPRASOY SEM LACTOSE ORIGINAL. SIMILAR OU SUPERIOR.	UN	2010	R\$ 27,42	R\$ 55.114,20
TOTAL					R\$ 1.793.004,34	

1.1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 110/2023, que regulamenta a Lei n. 14.133/2021

1.1.5. Os materiais e bens desta contratação são caracterizados como comuns.

1.1.6. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.1.7. Em caso de formalização de contrato, a vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos e disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, na forma que dispõe art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade de aquisição de fórmulas nutricionais e dietas enterais é fundamental para a manutenção dos atendimentos a pacientes de todas as fases do ciclo da vida, que apresentam problemas digestivos graves, desnutrição, alergias e/ou intolerância a diversos nutrientes e a pacientes com alimentação enteral (quando a via de alimentação é exclusivamente por sonda), a aquisição de fórmulas lácteas nestes casos ajudará a recuperar a saúde e por vezes a manutenção da vida dos pacientes.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

2.2. No âmbito da saúde, as fórmulas lácteas são essenciais para o acompanhamento nutricional de pacientes em diferentes faixas etárias que apresentam condições clínicas específicas, como desnutrição, alergias alimentares, intolerâncias, dificuldades de deglutição ou distúrbios gastrointestinais. O fornecimento regular desses produtos é indispensável para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, evitando complicações que possam comprometer a qualidade de vida dos usuários.

2.3. Na área da educação, as fórmulas lácteas desempenham papel fundamental no desenvolvimento infantil, principalmente em programas destinados à primeira infância, creches e escolas, garantindo suporte nutricional adequado para crianças em fase de crescimento. A oferta de produtos de qualidade contribui para a melhora do desempenho escolar e para a redução de problemas relacionados à má alimentação, fortalecendo as políticas públicas voltadas ao bem-estar e ao desenvolvimento cognitivo.

2.4. Já no campo da assistência social, a distribuição de fórmulas lácteas atende famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, promovendo a segurança alimentar e nutricional de crianças, idosos e demais indivíduos que dependem de apoio governamental para garantir uma alimentação adequada. Essa medida integra as ações voltadas à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento das políticas públicas de proteção social.

2.5. Desta maneira, fica evidente a necessidade da aquisição de fórmulas nutricionais e dietas enterais para que a Prefeitura Municipal possa dar continuidade aos serviços inerentes a administração pública em atendimento a população.

2.6. Esta licitação tem por objeto suprir a necessidade de aquisição de fórmulas lácteas, conforme previsto no [Plano de Contratação Anual \(PCA\)](#) 2025 do município de Tangará da Serra.

- I. ID PCA no PNCP: 03788239000166-0-000007/2025;
- II. Data de publicação no PNCP: 28/01/2025;
- III. Id do item no PCA: 48
- IV. Classe/Grupo: 5648 – DIETA INFANTIL

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

3.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de fórmulas lácteas destinadas ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social. A aquisição visa suprir necessidades nutricionais específicas de crianças, idosos e pacientes em condições clínicas que requerem acompanhamento especializado, além de atender famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

3.2. A solução apresentada consiste na realização de procedimento licitatório, via sistema de Registro de Preços, para aquisição de fórmulas nutricionais e dietas enterais, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. A ata de registro de preços permitirá a aquisição dos itens necessários pelo período especificado, nas quantidades demandadas conforme decorrer das ações realizadas. O registro de preço garante ao município a aquisição do melhor preço adjudicado pelo período de 12 meses e permite ainda a correta gestão dos estoques, dos prazos de entrega e do espaço físico para armazenamento.

3.3. Todos os itens adquiridos deverão estar de acordo com as especificações detalhadas para cada itens, seguindo os descritivos na tabela do tópico **1.1.3.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Tradicionais exigência de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, o objeto deve ser executado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

4.2. O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos a serem aplicadas durante 12 (doze) meses; assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas pelas Secretarias Demandantes.

4.3. Trata-se de aquisição de itens considerados como bens comuns, cujos padrões de qualidade são definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

4.4. As fórmulas lácteas poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Na hipótese de averiguação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de fixada.

4.8. A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.9. Por se tratar de objeto cuja natureza é considerada comum, pois:

4.9.1. É encontrado e praticado no mercado sem dificuldades;

4.9.2. É ordinário, sem peculiaridade, ou característica especiais, e apresentado com identidade e características padronizadas; e

4.9.3. Garante sua caracterização em função das exigências do instrumento convocatório e das peculiaridades procedimentais do certame licitatório.

4.9.4. Fundamentado no inciso XIII do art. 6º da Lei 13.133/2021, onde o legislador definiu que “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”

Sustentabilidade:

4.10. O fornecedor deverá demonstrar compromisso com práticas sustentáveis, tais como a utilização de técnicas de produção ambientalmente responsáveis e a redução do uso de materiais não renováveis.

4.10.1. A contratação observará critérios de sustentabilidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.11. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.11. Justificativa Técnica:

4.11.1. A Secretaria solicita marcas de referências nos itens, visto que recebemos laudos médicos com prescrições com marcas de produtos específicas:

Item 01 – Nutren Senior: Produto utilizado nos pacientes idosos nos setores de clínica médica e internação da UPA Ari Torres, sendo considerado pela equipe técnica como principal alternativa nos casos de recuperação energético-proteico de pacientes idosos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa de alta eficiência no atendimento do paciente que apresenta idade superior a 50 anos, e que necessite de um aporte calórico proteico otimizado, com a vantagem adicional de não possuir sabor, o que permite uma variedade de uso em preparações culinárias. Ressalto que a indicação do referido produto como marca de referência está em acordo com a expertise da equipe técnica do município e sobretudo, apresenta grande aceitação junto aos pacientes e consequentemente adesão no plano nutricional estabelecido durante os seus respectivos tratamentos/reabilitação.

Item 02 – Nutren 1.0: Produto utilizado como principal alternativa na recuperação do estado nutricional de pacientes da clínica médica do Hospital Municipal de Tangara da Serra (HMTS), em pacientes que estejam em dieta com características normocalorica e normoproteica. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa de alta



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

eficiência no atendimento do paciente que necessite de processo de recuperação de estado nutricional com possibilidade de uso tanto por via oral como também por via nasoenteral no tratamento de diferentes condições de saúde. Ressalto que a indicação do referido produto como marca de referência está em acordo com a expertise da equipe técnica do município e sobretudo, apresenta grande aceitação junto aos pacientes e consequentemente adesão no plano nutricional estabelecido durante os seus respectivos tratamentos/reabilitação.

Item 03 – Nutren Active: Produto utilizado desde 2020, nos casos de pacientes adultos que necessitam de maior aporte de vitaminas e proteínas durante o período de hospitalização no HMTS, sendo considerado pela equipe técnica como principal alternativa nesses casos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa de alta eficiência no atendimento do paciente que necessite de processo de recuperação de estado nutricional, com a vantagem adicional de possuir fibras e teores de vitaminas e minerais que permitem uma recuperação nutricional sólida e efetiva. Ressalto que a indicação do referido produto como marca de referência está em acordo com a expertise da equipe técnica do município e sobretudo, apresenta grande aceitação junto aos pacientes e consequentemente adesão no plano nutricional estabelecido durante os seus respectivos tratamentos/reabilitação.

Item 05 – Ninho fases 3+: Produto utilizado desde 2022, nos casos de pacientes infantis do HMTS, que estejam na faixa etária entre 3 e 5 anos de idade, que necessitam de complementação alimentar quando estão em dieta livre. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que necessite de um rápido processo de recuperação de estado nutricional em condições mais agudas. Ressalto que a indicação do referido produto como marca de referência está em acordo com a expertise da equipe técnica do município e sobretudo, apresenta grande aceitação junto aos pacientes pediátricos.

Item 06 – Ninho zero lactose: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, nos pacientes infantis de primeira infância que possuem restrição a ingestão de lactose. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui intolerância a lactose, e se encontra em idade pré escolar. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que necessite de um rápido processo de recuperação de estado nutricional em condições que exijam restrições ao consumo de lactose. Ressalto que a indicação do referido produto como marca de referência está em acordo com a expertise da equipe técnica do município e sobretudo, apresenta grande aceitação junto aos pacientes pediátricos.

Item 07 – Peptamen Júnior: Produto utilizado desde 2019 no HMTS, como principal alternativa para pacientes infantis que necessitam de dieta com proteínas extensamente hidrolisadas em casos moderados a graves de má absorção intestinal entre outros. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa de alta eficiência no atendimento do paciente pediátrico que necessite de processo de recuperação de estado nutricional, nos cenários mais graves, onde ocorrem distúrbios de absorção e desnutrição aguda.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Item 09 – Espessante Thicken up: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, nos casos de tratamento de disfagia leves a moderadas, sendo considerado pela equipe técnica a principal alternativa para tratamento desses casos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa de alta eficiência no atendimento do paciente que necessite de processo de recuperação de estado nutricional, nos quadros de disfagia, em seus diversos níveis, que exige modificação nas preparações dietéticas nos aspectos de textura e consistência.

Item 10 – Neocate LCP: Produto utilizado no HMTS desde 2021, como principal alternativa no tratamento de pacientes infantis que apresentam patologias com comprometimento de absorção intestinal. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa de alta eficiência no atendimento do paciente pediátrico que necessite de processo de recuperação de estado nutricional, em cenários de alergias graves, síndromes de má absorção e gastroenterites crônicas.

Item 11 – Neocate Advance: Produto utilizado no HMTS desde 2021, como principal alternativa no tratamento de pacientes pediátricos na faixa etária de 01 a 10 anos, que necessitam de proteína parcialmente hidrolisada. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa de alta eficiência no atendimento do neonato que necessite de processo de recuperação de estado nutricional, em cenários de alergias graves, síndromes de má absorção e gastroenterites crônicas.

Item 12 – NAN Soja: Produto utilizado no HMTS desde 2020, como principal alternativa para pacientes infantis na faixa etária de 0 a 12 meses no tratamento dietas com exclusão de leite e derivados. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui intolerância a lactose, na faixa etária do nascimento até os 6 meses de idade.

Item 13 – Nestogeno 2: Produto utilizado desde 2020 no HMTS, nos casos de pacientes pediátricos que não possuem restrições alimentares importantes e que necessitam de fórmula de seguimento. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui que necessita fórmula infantil a partir do 6 meses de vida.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Item 14 – Nestogeno 02: Produto utilizado desde 2020 no HMTS, nos casos de pacientes pediátricos que não possuem restrições alimentares importantes e que necessitam de fórmula de seguimento. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui que necessita fórmula infantil a partir do 6 meses de vida.

Item 15 – Nestogeno 01: Produto utilizado desde 2020 no HMTS, nos casos de pacientes pediátricos que não possuem restrições alimentares importantes e que necessitam de fórmula de partida. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui que necessita fórmula infantil a partir nascimento até o 6 meses de vida.

Item 16 – NAN Comfor 2: Produto utilizado no HMTS desde 2021, nos casos de pacientes infantis que necessitam de fórmula de seguimento com prebióticos e que atualmente é a principal alternativa para tratamento desses casos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui a necessidade de estimular o peristaltismo, e se encontra na faixa etária dos 6 até os 12 meses de idade.

Item 18 – NAN Comfor 01: Produto utilizado no HMTS desde 2021, nos casos de pacientes infantis que apresentam dificuldades de funcionamento intestinal e que necessitam de fórmula de partida com prebióticos e que atualmente é a principal alternativa para tratamento desses casos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico lactente até os 6 meses de idade.

Item 20 – NAN espessar: Produto utilizado no HMTS desde 2022, nos casos de pacientes infantis que eventualmente apresentam dificuldades de deglutição que evoluam para Refluxo gastroesofágico e que necessitam de fórmula de partida e de seguimento e que atualmente é a principal alternativa para tratamento desses casos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico lactente até os 12 meses de idade, que se encontra em tratamento de condições como Refluxo gastroesofágico.

Item 21 – Aptamil AR: Produto utilizado nos casos de pacientes infantis que apresentam dificuldades de deglutição mais severas que evoluam para Refluxo gastroesofágico e que necessitam de fórmula de partida e de seguimento e que atualmente é a principal alternativa para tratamento desses casos. A indicação do referido produto como marca de



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico lactente até os 12 meses de idade, que se encontra em tratamento de condições como Refluxo gastroesofágico.

Item 22-Aptamil proexpert pepti: Produto utilizado no HMTS desde 2022, nos casos de pacientes infantis que apresentam dificuldades de absorção, e necessitam de proteínas parcialmente hidrolisadas e que atualmente é a principal alternativa para tratamento desses casos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico lactente até os 36 meses de idade, que necessita da oferta de proteínas extensamente hidrolisadas.

Item 23 – NAN Sem lactose: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, nos pacientes infantis de primeira infância que possuem restrição a ingestão de lactose e demais derivados de leite de vaca. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que está em tratamento de intolerância a lactose.

Item 24 – Aptamil Soja: Produto utilizado no HMTS desde 2022, como principal alternativa para pacientes infantis na faixa etária de 0 a 12 meses no tratamento dietas com exclusão de leite e derivados. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui intolerância a lactose, na faixa etária do nascimento até os 6 meses de idade.

Item 25 – NAN H.A: Produto utilizado no HMTS desde 2022, em pacientes pediátricos que necessitam de proteínas parcialmente hidrolisadas de maneira a diminuir o potencial alergênico. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui alergia alimentar a esclarecer, na faixa etária do nascimento até os 6 meses de idade.

Item 26 – NAN SUPREME 01: Produto utilizado no HMTS desde 2022, em pacientes pediátricos que necessitam de oferta de energia e proteínas adequadas a idade, e é a principal alternativa para melhoria de estado nutricional em casos de desnutrição leves. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico lactente até os 6 meses de idade.

Item 27 – NAN SUPREME 02: Produto utilizado no HMTS desde 2022, em pacientes pediátricos que necessitam de oferta de energia e proteínas adequadas a idade, e é a principal alternativa para melhoria de estado nutricional em casos de perda de peso. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico dos 6 até os 12 meses de idade.

Item 28 – Alfamino: Produto utilizado no HMTS desde 2023 e é a principal alternativa no tratamento de alergias severas em pacientes infantis. A indicação do referido produto com marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui alergias alimentares severas.

Item 29 – APTAMIL SEM LACTOSE: Produto utilizado desde 2021 no HMTS, nos pacientes infantis de primeira infância que possuem restrição a ingestão de lactose e demais derivados de leite de vaca. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que está em tratamento de intolerância a lactose na faixa etária de 0 a 6 meses de vida.

Item 30 – PRÉ NAN: Produto utilizado no HMTS desde 2021 em pacientes infantis prematuros ou de baixo peso, sendo principal alternativa para tratamento desses cenários. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que possui baixo peso ao nascer ou sejam prematuros, sobretudo nos casos que exijam Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Item 31 – PREGOMIN PEPTI: Produto utilizado no HMTS desde 2022, nos casos de pacientes infantis que apresentam dificuldades de absorção, e necessitam de proteínas extensamente hidrolisadas e que atualmente é a principal alternativa para tratamento desses casos. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que necessita da utilização de fórmulas infantis hipoalergênicas.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Item 32 – ISOSOURCE 1.5 SEM FIBRAS: Produto utilizado desde 2020 no HMTS, como alternativa aos pacientes adultos que necessitam de fórmulas hipercalóricas e polimérica. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada hipercalórica, que necessita de maior controle do volume fecal. (Produto utilizado também para atendimento de demanda judicial).

Item 33 – ISOSOURCE MIX: Produto utilizado desde 2020 no HMTS, como alternativa aos pacientes adultos que necessitam de fórmulas normocalóricas e com aporte otimizado de fibras. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada normocalórica e normoproteica, e que permita estímulo do peristaltismo. (Produto para atendimento de demanda judicial).

Item 34 – TROPHIC EP: Produto utilizado desde 2020 no HMTS, como principal alternativa aos pacientes adultos oncológicos que necessitam de fórmulas hipercalóricas e polimérica, sem a presença de glúten e lactose. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada hipercalórica, isento de lactose e com densidade calórica de 1,5 cal/ml.

Item 35 - TROPHIC EP: Produto utilizado desde 2020 no HMTS, como principal alternativa aos pacientes adultos oncológicos que necessitam de fórmulas hipercalóricas e polimérica, sem a presença de glúten e lactose. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada hipercalórica, isento de lactose e com densidade calórica de 1,5 cal/ml.

Item 36 – NINHO FASES 01+: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, como alternativa no tratamento de pacientes infantis que recebem dieta livre na faixa etária indicada. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico de primeira infância com faixa etária entre 01 a 03 anos de idade.

Item 37 - NINHO FASES 01+: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, como alternativa no tratamento de pacientes infantis que recebem dieta livre na faixa etária indicada. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico de primeira infância com faixa etária entre 01 a 03 anos de idade.

Item 38 – NINHO: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, como alternativa no tratamento de pacientes infantis ou adultos que recebem dieta livre, ou seja, sem restrições de ordem de consistência ou composição. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico e/ou adulto que necessita de fonte de laticínios em dietas livres de restrições.

Item 39 – NINHO SEM PACTOSE: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, nos pacientes infantis ou adultos que possuem restrição a ingestão de lactose e demais derivados de leite de vaca. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico ou adulto que está em tratamento de intolerância a lactose.

Item 40 – FIBER MAIS (Módulo de fibras): Módulo de fibra utilizado no HMTS desde 2022, para pacientes que apresentam oscilações no trânsito intestinal. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de maior aporte de fibras alimentares que auxiliam o trânsito intestinal e que possam ser utilizadas em preparações quentes ou frias.

Item 41 – GLUTAMAX: Módulo de Glutamina utilizado em pacientes que necessitam de manutenção ou melhora na microbiota intestinal a curto prazo. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de um processo de estabilização imediata de normalização da microbiota intestinal como, por exemplo, os pós cirúrgicos de intervenções intestinais

Item 43 – MCT AGE: Módulo de triglicerídeos de cadeia média, utilizado nos pacientes do HMTS que necessitam de aumento do aporte calórico a curto prazo. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de fonte de lipídios de alta absorção, melhorando de maneira mais rápida a ingestão calórica.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Item 45 – NESTOGENO ESPESSAR: Produto utilizado no HMTS desde 2022, nos casos de pacientes infantis que eventualmente apresentam dificuldades de deglutição que evoluam para Refluxo gastroesofágico e que necessitam de fórmula de partida e de seguimento. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico lactente até os 12 meses de idade, que se encontra em tratamento de condições como Refluxo gastroesofágico.

Item 46 – TROPHIC FIBER: Produto utilizado desde 2021 no HMTS, como alternativa aos pacientes adultos que necessitam de fórmulas normocalóricas e com aporte otimizado de fibras. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada que apresente maior aporte de fibras alimentares que auxiliam o trânsito intestinal.

Item 47 – PEDIASURE: Produto utilizado no HMTS desde 2018, como suplemento alimentar para crianças de primeira infância e idade escolar. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente pediátrico que está na faixa etária entre 4 e 10 anos, que apresentem inapetência alimentar.

Item 49 – HD MAX: Produto utilizado no HMTS desde 2022 como principal alternativa para melhora do estado nutricional de pacientes renais. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente renal agudo/crônico que necessita de uma fórmula industrializada pronta para o consumo, hipercalórica, isento de lactose e com densidade calórica entre 1,5 a 2,0 cal/ml.

Item 50 – ENERGYZIP: Produto utilizado desde 2022 no HMTS, como principal alternativa para melhoria a curto prazo do estado nutricional de adultos hospitalizados que se encontram em quadro de inapetência ou perda de peso ponderal aguda. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada pronta para o consumo, hipercalórica e normoproteica, isento de lactose e com densidade calórica entre 1,5 cal/ml.

Item 52 – CUBITAN: Produto utilizado no HMTS desde 2022, como principal alternativa nos quadros de pacientes que apresentam lesões por pressão (LPP) moderadas a graves. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada pronta para o consumo, para tratamento de lesões por pressão, normocalórica e hiperproteica, isento de lactose e com adição de arginina e vitamina E.

Item 53 – IMPACT: Produto utilizado no HMTS desde 2022, como principal alternativa nos quadros de pacientes que apresentam diminuição da função imunológica de maneira severa, como nos quadros de lúpus, câncer entre outros. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada pronta para o consumo, para promoção do sistema imunológica, normocalórica e hiperproteica, isento de lactose e com adição de arginina e que seja ofertado em sabores diversos.

Item 54 – ENSURE: Produto utilizado desde 2018 no HMTS, nos casos de melhoria do aporte calórico-proteico em adultos com sarcopenia e doenças correlatas. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de uma fórmula industrializada que apresente aporte de calorias e proteína adequado para melhoria/manutenção do estado nutricional.

Item 55 – VEGAN PRO: Principal alternativa para tratamento de pacientes que necessitam de dietas hiperproteica nos quadros de alergia a metais. A indicação do referido produto como marca de referência visa estabelecer um nível de excelência que atenda a necessidade técnica que os diferentes entes que compõem o complexo hospitalar como Unidade de Pronto Atendimento Ari Torres, os serviços de Unidade de Terapia Intensiva, o Centro Cirúrgico e Clínica Médica, haja a vista a diversidade de situações clínicas que exigem da equipe técnica do Hospital Municipal, uma capacidade de responder rapidamente e com eficácia, as necessidades que o Usuário do SUS apresentam durante o período de permanência no complexo hospitalar, e sobretudo atendam também o interesse público. Ressaltamos que a marca indicada é amplamente consolidada no mercado, como uma alternativa eficiente no atendimento do paciente que necessita de suplemento alimentar a base de proteínas vegetais (arroz integral e ervilha), nas alergias pro metais, Níquel por exemplo, e que necessite da ausência de glúten lactose e soja composição.

4.12. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.12.1. Não haverá exigência de amostra.

4.13. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

4.13.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

4.14. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.15. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.15.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a princípio a ausência da garantia não compromete a segurança e a eficácia da contratação, uma vez que os fornecedores serão avaliados de acordo com critérios estabelecidos no edital, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Caso a garantia se tornar necessária o contrato detalhará possíveis regras que serão aplicadas em relação a mesma..



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

4.16. DA VISTORIA:

4.16.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia no local da entrega dos materiais, bens ou serviços.

4.17. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será **VEDADA** a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

4.17.1. O fornecimento de FÓRMULAS LÁCTEAS, constitui uma atividade de menor complexidade em comparação com empreendimentos de infraestrutura de grande porte. Empresas individuais demonstram capacidade adequada para executar tal tarefa sem a necessidade de formação de consórcios. A restrição de consórcios se justifica pela mitigação de riscos potenciais, incluindo a possibilidade de atrasos e questões de qualidade na execução da obra. Nesse contexto, é responsabilidade da Administração zelar pela promoção da concorrência e evitar a concentração excessiva de poder nas mãos de um reduzido número de empresas, promovendo assim um ambiente mais equitativo e propício ao desenvolvimento econômico sustentável.

4.18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

4.18.1. São obrigações do Contratante:

4.18.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

4.18.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.18.4. Notificar de imediato o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no produto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.18.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.18.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ATA DE REGISTRO ou contrato e no Termo de Referência.

4.18.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital;

4.18.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.18.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.18.10. A Administração terá o prazo de 15 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.18.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias, conforme Decreto Municipal n. 110/2023.

4.18.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.18.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

4.19.1. Os fornecedores devem garantir a entrega dos bens dentro dos prazos estipulados, de acordo com o cronograma de necessidades de cada secretaria. A entrega pontual é essencial para evitar interrupções nas atividades administrativas e pedagógicas.

4.19.2. Os bens devem possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a partir do recebimento definitivo, sendo essa garantia de total responsabilidade do contratado, incluindo os custos de transporte entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e vice-versa.

4.19.3. Fornecer produtos de qualidade.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

- 4.19.4.** Atender as normas de segurança e saúde da (ANVISA) Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 4.19.5.** O contratado deverá fornecer todos os esclarecimentos técnicos solicitados, relacionados às características dos produtos fornecidos e deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer custo adicional para a municipalidade. O contratado deverá corrigir, às suas próprias custas, quaisquer falhas verificadas, especialmente se os produtos adquiridos estiverem em desacordo com as condições pactuadas.
- 4.19.6.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.19.7.** Após a homologação da licitação, assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, relativo ao objeto adjudicado, conforme prazo determinado neste edital;
- 4.19.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 4.19.9.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.19.10.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.19.11.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.19.12.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.19.13.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.19.14.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 4.19.15.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.19.16.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.19.17.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de preço e/ou contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 4.19.18.** Cumprir, durante todo o período de execução da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 4.19.19.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 4.19.20.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.19.21.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.19.22.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante; A contratada deverá utilizar das ferramentas digitais (Aplicativos, Sistemas Web, Sites,



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Portais) disponibilizados pelo Poder Executivo Municipal para lançamento das informações referentes ao objeto da contratação, com a finalidade de acompanhamento, fiscalização e Contratos por parte do Poder Executivo Municipal.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues conforme necessidade e solicitação das Secretarias demandantes, mediante a entrega de nota de empenho, de forma parcelada. **5.1.2.** A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos impreterivelmente, na quantidade total solicitada, no prazo máximo de 10 (DEZ) dias, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

5.1.3. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até 03 (Três) dias do vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério do contratante a sua aceitação.

5.1.4. Os produtos deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.1.4.1. ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA: Av. Brasil, 2351 N – Jardim Europa, Tangará da Serra - MT, 78300-901.

5.1.4.2. Almoarifado da SEMEC: Rua João Elias de Ramos (38) S/N Jardim Horizonte, CEP: 78.302.148.

5.1.5. Os produtos deverão ser entregues nos seguintes horários: das 07h às 11h e das 13h às 16:30h, de segunda-feira a sexta-feira. Ademais, se houver necessidade, o dia e o horário diferentes deverão ser previamente acordados. Caso a justificativa apresentada seja aceita, esses poderão ser ajustados com o responsável de cada secretaria demandante.

5.1.6. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos produtos impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

5.1.7. O objeto será recebido da seguinte forma: a) Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações, caso não haja qualquer impropriedade explícita, será aceito esse recebimento; b) Definitivamente, em até 03 (três) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante, “atesto” na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e aferição do direito ao pagamento.

5.1.8. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.1.9. Todo o produto fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas

5.1.10. Os produtos ofertados, deverão apresentar registro na ANVISA/Ministério da Saúde; assim como certificado do INMETRO, quando for o caso;

5.1.11. No ato da entrega, as fórmulas alimentares ofertadas, a serem fornecidas, deverão possuir Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelos responsáveis da CAF- CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO e SEMEC.

5.1.12. Os produtos que não possuírem os referidos registros e/ou certificados não serão recebidos, e a empresa será desclassificada para o respectivo item, sendo convocada a segunda colocada.

5.1.13. A empresa é responsável por certificar-se que a marca registrada em sua proposta atende às especificações do edital. Os produtos em desacordo, não serão recebidos pelo CAF – CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO e SEMEC.

5.1.14. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar será convocada para o fornecimento do objeto.

5.2. Procedimento de transição e finalização de contrato

5.2.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

6.1. A ata de registro de preço, ou contrato se for o caso, terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a comprovação da vantajosidade em manter a contratação, e deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas no edital e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da ata de registro de preço ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

DA FISCALIZAÇÃO

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.5.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.5.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.6. O fiscal técnico do contrato, quando for o caso, informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.3. O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações, reequilíbrio e das prorrogações contratuais, elaborando relatório



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

DOS FISCAIS

6.9. A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá à Secretaria de administração e demais secretarias requisitantes, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos da lei 14.133/21 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

6.9.1. Para fiscalização quanto ao fornecimento dos materiais e bens junto a CONTRATADA, serão designados servidores de cada Secretaria, ordenador(a) da despesa, formalmente nomeados para esse fim, conforme consta com cada Documento de Formalização de Demanda, anexo no processo 8.607/2025.

02) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEMEC)			
FISCAL DO CONTRATO	KLEYTON CRISS DA SILVA MURBACH	MATRÍCULA	19079
SUPLENTE	DANIELE HELOISA SOUZA SOUTO	MATRÍCULA	22143
03) SECRETARIA DE SAÚDE (SMS)			
FISCAL DO CONTRATO	MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS PEREIRA	MATRÍCULA	101431
SUPLENTE	DAIANA CIRIACO DA SILVA	MATRÍCULA	134222
13) SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SEMMEA)			
FISCAL DO CONTRATO	GUILHERME TOMAS DE S. JUNIOR	MATRÍCULA	110865
SUPLENTE	JANAÍNA OLIVEIRA FERREIRA	MATRÍCULA	3245

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado de nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O regime de fornecimento será de forma parcelada, conforme demanda e quantitativo solicitado pelas unidades requisitantes.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (Três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração. Somente após a verificação que comprove a conformidade do objeto com as especificações do edital, bem como a qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, o fornecedor receberá o termo de recebimento para realizar a emissão definitiva da referida nota fiscal.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. DA LIQUIDÇÃO

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal definitiva ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação e pagamento, na forma do Decreto Municipal nº 110/2023.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;**
- b) a data da emissão;**
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;**
- d) o período respectivo de execução do contrato;**
- e) o valor a pagar; e**
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.**

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos contado do recebimento definitivo do objeto e protocolo junto ao Município, pelo contratado, da nota fiscal com sua data de emissão e entrega de todas as documentações exigidas e necessárias ao pagamento da despesa conforme Decreto Municipal 110/2023.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

7.3.2. Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

7.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente em favor da contratada.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O pagamento pelo fornecimento dos produtos e dos serviços, quando devidamente entregues, pagará a CONTRATANTE à CONTRATADA o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;

7.4.6. A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de **julgamento pelo MENOR PREÇO, POR ITEM.**

8.1.2. O parcelamento da solução é a regra em geral, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, assim, visando propiciar a ampla participação de licitantes. Junto a isso, a licitação será dividida por itens.

8.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA.

8.2.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.4. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

8.2.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

8.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor licitante - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); Com validade mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão até a data prevista para abertura do prazo de entrega da documentação de habilitação, durante a sessão pública, exceto nos casos em que a própria certidão contenha expressamente prazo de validade diverso.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Declaração da licitante, sob as penas da lei, de que os itens fornecidos serão novos, originais de fábrica, sem uso anterior.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.793.004,34 (Um milhão, setecentos e noventa e três mil, quatro reais e trinta e quatro centavos.)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item **1.1.3**.

9.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **29/08/2025**.

9.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

9.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.4.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.4.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2213 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE

3.3.90.32.11.00 - MERENDA ESCOLAR

03 - SECRETARIA DE SAÚDE

2309 - 3.3.90.30.07 - Gênero de Alimentação

2314 - 3.3.90.30.07 - Gênero de Alimentação

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2817 - 3.3.90.30.07.1.1.500.000000-000000 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

(assinado digitalmente)
Elaborado por:
GILMAR PEREIRA DA COSTA
Núcleo de Aquisições Públicas
EQUIPE TÉCNICA
DAIANE CIRIACO DA SILVA
Secretaria de Saúde (SMS)
GABRIELA MASSON DE SOUZA
Secretaria de Educação (SEMEC)
SANDRA APARECIDA DOS SANTOS CAPARROZ
Secretaria de Assistência Social (SEMAS)
De acordo:
FRANCIANE OLIVEIRA PEREIRA MACEDO
Chefe do Departamento de Licitações e Contratos
ANGELA XAVIER BELISÁRIO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Secretaria de Saúde
VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES
Secretaria de Educação
MÁRCIA R. KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretaria de Assistência Social

Tangará da Serra, 15 de Setembro de 2025



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.136/2025
VALIDADE: **12 (DOZE) MESES**

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n. 110/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.2. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [*do edital de Licitação nº/20...*], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)...

4.1.2. {*Além do gerenciador, não há [ou] São*} **órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:**

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o **item 5.4.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.8. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.9. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

- 5.9.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.9.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 5.9.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.9.4.** O registro a que se refere o **item 5.9.** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.9.5.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.9.6.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 5.9.2.** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.9.6.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.9.6.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9.**
- 5.9.6.3.** Quando houver o cancelamento do registro de preços por infração administrativa, conforme disposições no **item 9.**
- 5.9.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9.8.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.9.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.9.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto nos itens **5.9.6**, **5.9.6.1**, **5.9.6.2**, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.9.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **item 5.9.1.**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.9.13.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.9.14.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.9.15.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.2.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da *alínea "d", do inciso II, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021*;
- 6.3.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.4.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.6.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
- 7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto ao pedido de alteração, antes do fornecimento do item, informação com a indicação dos pressupostos jurídicos e as circunstâncias fáticas alicerçados em evidências sólidas dos fatos imprevisíveis e que justificam restaurar o custo inicialmente pactuado, como, por exemplo, planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, publicações em revistas especializadas, entre outros.

7.8. O pedido deve ser restrito aos insumos que foram impactados pela majoração extraordinária e o desconto que foi dado na licitação deve ser observado na atualização do valor.

7.9. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9.1.**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.10. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.10.9.6.**

7.11. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 9.1.8.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.12. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.6.** e no **item 7.7.**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.13. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. O pedido do fornecedor deverá ser analisado em até 15 dias.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 4º e 5º, do artigo 86, da Lei n. 14.133/2021.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 8.3.**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese do artigo 213, III, do Decreto Municipal n. 110/2023.

9.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **item 9.1.** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.1.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.1.8.1 Por razão de interesse público;

9.1.8.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.1.8.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 198, parágrafo único do Decreto Municipal n. 110/2023.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial desta ata de registro de preço;
- b) der causa à inexecução parcial desta ata de registro de preço, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total desta ata de registro de preço;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução desta ata de registro de preço;
- f) praticar ato fraudulento na execução desta ata de registro de preço;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial desta ata de registro de preço, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, desta ata de registro de preço, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, desta ata de registro de preço, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 1,0 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total desta ata de registro de preço, por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida.

10.2.4.2.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a exclusão do fornecedor registrado e aplicação do item **5.10.9.6**, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 15% a 30% do valor desta ata de registro de preço.

10.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total desta ata de registro de preço, prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor desta ata de registro de preço.

10.2.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 15% do valor desta ata de registro de preço.

10.2.4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 01% a 10% do valor desta ata de registro de preço.

10.2.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 01% a 05% do valor desta ata de registro de preço.

10.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preço não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4. Todas as sanções previstas nesta ata de registro de preço, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas acima.

11.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 11.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

12.1. Obrigação do contratante, são aqueles dispostos no Termo de Referência e na minuta do contrato.

13. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

13.1. Obrigação do fornecedor registrado, são aqueles dispostos no Termo de Referência e na minuta do contrato.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

14.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01(um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tangará da Serra-MT, de de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>



CONTRATO Nº 000/ADM/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DO
(A) E

PREÂMBULO - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. A contratação será regida pela Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, em especial regulamentos municipais editados para dar fiel execução à Lei.
2. A ausência de transcrição de qualquer dispositivo legal ou regulamentar no presente instrumento em absolutamente nada prejudica a sua aplicação no curso da execução contratual. As partes manifestam conhecimento da legislação aplicável, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos documentos que amparam a presente contratação.
3. As partes vinculam-se ao ato que autorizou a contratação direta e a respectiva proposta econômica que o acompanha.
4. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, com a aplicação subsidiária de preceitos de direito público e disposições de direito privado, nesta ordem.
5. O contratado deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
6. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
7. A proposta econômica apresentada pelo contratado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns para AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA MUNICÍPIO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VL UNIT.	VL TOTAL



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

TOTAL GERAL					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4. O Termo de Referência;

1.5. O Edital da Licitação;

1.6. A Proposta do contratado;

1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I- a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II- a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III- a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1.O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/08/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.4. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

7.6. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

7.7. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 15 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias, conforme Decreto Municipal n. 110/2023.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. A contratada deverá utilizar das ferramentas digitais (Aplicativos, Sistemas Web, Sites, Portais) disponibilizados pelo Poder Executivo Municipal para lançamento das informações referente ao objeto da contratação, com a finalidade de acompanhamento, fiscalização e gestão das Obras e Contratos por parte do Poder Executivo Municipal.

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23. As demais obrigações constam no termo de referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória de 1,0 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida.

12.2.4.2.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

12.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

12.2.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

12.2.4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 01% a 10% do valor do Contrato.

12.2.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 01% a 05% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12. Indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização da contratação decorrente do edital, caberá à Secretaria de Administração e respectivamente, às Secretarias requisitantes, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

15.2. Para fiscalização dos serviços junto a CONTRATADA, serão designados servidores de cada Secretaria, ordenadora da despesa, formalmente nomeados para esse fim, conforme segue:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

15.3. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar o fornecimento dos serviços, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os que estiverem em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao Contratado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93.

15.4. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

15.5. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

15.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA** sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA APLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 003/2023

16.1. De acordo com o Decreto nº 003, de 05 de janeiro de 2023, os órgãos da administração pública direta municipal, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

16.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

16.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

16.4. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

16.5. Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará da Serra/MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Tangará da Serra – MT, xxx de xxx de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

MODELO DE PROPOSTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

ABERTURA DO CERTAME: 01/10/2025.
HORÁRIO: 09h00 (Horário de Brasília/DF)

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, para atendimento do objeto destinado à município de Tangará da Serra-MT, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão, o preço para os itens a seguir indicados, observadas as especificações de que trata seu ANEXO I:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. (R\$)
1					
2					

VALOR TOTAL POR EXTENSO

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura, observado o disposto do decreto nº 10.024/19.

Executaremos os serviços conforme as exigências do Anexo I.

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as **despesas** e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do Contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
b) CGC (MF) nº: _____ Insc. Estadual nº: _____
c) Endereço: _____
d) Fone/: _____ E-mail: _____
e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
f) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo
(representante legal)